

**XXIV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS**

GT 07 – CIDADE, METROPOLIZAÇÃO E GOVERNANÇA URBANA

Sessão I – Transformações Econômicas e Re-estruturação Urbana

Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA: anos 80-90.

Rosetta Mammarella
Tanya M. Barcellos
Mirian Regina Koch

Fundação de Economia e Estatística – Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (FEE/NERU)

Petrópolis, RJ, 23 a 27 de Outubro de 2000

Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA: anos 80 e 90

Introdução

A problemática social das grandes metrópoles brasileiras tem sido amplamente focalizada no âmbito dos estudos acadêmicos e nos debates políticos. Na tentativa de compreender a dinâmica que está na base da transformação do perfil das grandes cidades cada vez mais são considerados como fatores relevantes os processos de globalização e de reestruturação produtiva. O ponto para onde converge o debate teórico é a polêmica em torno da tese da *global city*¹, segundo a qual a globalização tenderia a resultar numa dualização da estrutura social. Esta vertente explicativa demarca as conseqüências desses processos pela desindustrialização e terciarização da economia e por uma dualização do mercado de trabalho, que passa a se caracterizar por empregos altamente qualificados e bem remunerados, juntamente com ocupações de qualificação inferior e baixa remuneração, traduzindo o futuro das metrópoles em hipóteses de polarização social. A decorrência mais direta da globalização seria, portanto, uma alteração da estrutura social, com a ampliação dos extremos e uma retração das camadas médias, na direção de um formato de tipo ampulheta, com um aprofundamento da concentração da renda e das desigualdades sociais².

O movimento de reestruturação produtiva incide, portanto, sobre o desenvolvimento econômico e social, enquanto processos articulados, com desdobramentos espaciais e com repercussões na estrutura social. A identificação das mudanças que ocorreram na estrutura econômica na última década, em especial em regiões dinâmicas e de forte concentração urbana, como é o caso das áreas metropolitanas, constitui-se em substrato para avaliar não só os impactos sobre as grandes cidades como sobre o perfil da estrutura social.

O problema que estamos querendo discutir neste trabalho está relacionado em grande medida com essas considerações. Nossa indagação central diz respeito à situação da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que, embora sem o porte das grandes metrópoles brasileiras³ sofre os impactos desses macro processos. Ao mesmo tempo nos perguntamos que características estariam se esboçando na estrutura social dessa área que apresenta diferenciações internas muito nítidas em termos de estrutura produtiva, de formação histórica e da configuração de seu espaço territorial, pois se situa num eixo industrial que se estende até a região de Caxias do Sul, sendo, ao mesmo tempo, circundada por uma área de crescente expansão econômica e demográfica.

¹ Identifica-se um “novo tipo histórico de cidade”, a cidade global, que se distingue, tanto na estrutura econômica como na estrutura social e espacial que dela resultam, do tipo histórico que teria acompanhado a fase da hegemonia da produção industrial fordista.

² São identificados dois eixos no debate: um, marcado pelo confronto entre teorias da globalização, polarizado pelos paradigmas da pós-industrialização, tendo em Manuel Castels e Saskia Sassen seus expoentes, e do pós-fordismo, defendido por Edmond Preteceille e Storper. O outro eixo é o que procura submeter à prova empírica a hipótese da tendência à dualização e à polarização social, onde aparecem Hamnett e Maloutas (Ribeiro; Lago, 2000).

³ Segundo classificação do IPEA, a RMPA apresenta características de metrópole nacional, equivalendo a um porte médio, em conjunto com as metrópoles de Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Brasília, Fortaleza. São Paulo e Rio de Janeiro são classificados como metrópoles globais (Caracterização...1999).

Nosso objetivo é apresentar alguns resultados preliminares da pesquisa “Desigualdades sócio-espaciais na RMPA”⁴, particularmente no que diz respeito à análise da estrutura social, de modo a avançar mais um passo na contribuição que o estudo vem trazendo para o debate sobre as tendências de crescimento das grandes metrópoles do país. Trazemos, assim, uma primeira abordagem acerca da hierarquia social dessa Região, procurando descrever suas principais características e verificar as mudanças ocorridas entre 1980 e 1991. Foram consideradas, dentro da RMPA⁵, pelo menos três espacialidades que apresentam traços econômicos diferenciados: a área que concentra a produção coureiro-calçadista, polarizada por Novo Hamburgo e São Leopoldo (RMPA 1); a área polarizada por Porto Alegre (RMPA 2); e o município de Porto Alegre⁶.

Além da abordagem da estrutura social, o texto contempla uma leitura sintética da sua problemática social, vista através das principais variáveis de renda e instrução, bem como uma contextualização da área, especificamente no que diz respeito às tendências mais recentes de conformação da estrutura produtiva e do mercado de trabalho.

A análise efetuada tem por base fundamentalmente os dados dos censos demográficos de 1980 e 1991, que foram utilizados particularmente para o exame da estrutura social, da renda e da instrução, e as informações da FEE sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) a preço básico, relativas aos anos 90⁷. Embora com temporalidades distintas, acreditamos que os nexos existentes entre as abordagens do contexto econômico e do mercado de trabalho da metrópole, de um lado, e da sua estrutura sócio-ocupacional, de outro, são encontrados na problemática da globalização/reestruturação. A última década deixa mais claros os impactos desses processos que já podem ser divisados em algumas mudanças entre 1980 – 1991. Embora não possamos estabelecer correlação direta entre o movimento que ocorre no âmbito do processo produtivo e os fenômenos sociais, eles mantêm relações de interdependência. Nesse sentido, acreditamos que o conhecimento das mudanças recentes na economia e no mercado de trabalho de certo modo nos permite levantar algumas hipóteses sobre as transformações na estrutura social dos anos 90, e com isto minimizar a defazagem com relação aos dados sobre as categorias sócio-ocupacionais, que só estarão disponíveis após a divulgação do Censo 2000.

⁴ A pesquisa se desenvolve com base em Convênio firmado entre o IPPUR/UFRJ e a FEE, e se insere no âmbito do trabalho “Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana” no quadro do PRONEX.

⁵ A RMPA foi considerada na sua composição oficial (municípios que a integram de acordo com a legislação em vigor no ano de 1991). Somente o município de Parobé, que passou a fazer parte da região em 1989, foi excluído em função de não termos conseguido obter estimativas para o ano de 1980, relativamente aos dados censitários, inviabilizando a análise comparativa da estrutura social no período escolhido para análise.

⁶ As sub-regiões consideradas apresentam a seguinte composição: RMPA 1 (Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga); RMPA 2 (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Triunfo, Viamão).

⁷ Os dados disponíveis sobre o valor adicionado referem-se aos anos de 1990 e 1996 a 1998. Acompanha, em anexo, um conjunto de tabelas com as principais informações analisadas no texto.

I. A estrutura produtiva e o mercado de trabalho metropolitano: uma visão sintética dos anos 90

1.1 O contexto econômico no período recente

Mesmo que de maneira diferenciada, as mudanças ocorridas no capitalismo mundial no período mais recente, afetam todos os países e regiões. O Brasil, desde o final dos anos 70 vem incorporando em sua economia os efeitos da reestruturação internacional e o conjunto de princípios e propostas gestados pelos países centrais. Mas foi nos anos 90 que essas medidas foram incorporadas na política econômica nacional. Do ponto de vista econômico, o Plano de Estabilização (Real) se constitui no principal elemento de diferenciação do desempenho da economia nacional e gaúcha em relação à fase anterior (Alonso, 2000).

Para análise do comportamento da economia metropolitana do RS, nos anos 90 temos que ter presente esse conjunto de questões que dão conta do novo regime de acumulação a nível nacional, que tem estreita articulação com o desenvolvimento da economia estadual.

A análise da estrutura econômica da RMPA se detém nas mudanças que ocorreram na década de 90, verificando se elas apontam uma nova formatação, com substituição da predominância dos setores tradicionais para os setores modernos da economia, fenômeno característico das grandes metrópoles. Para tanto, utilizaremos os dados do VAB, total e setorial, agregados para a RMPA e suas duas sub-regiões, e para Porto Alegre, nos anos de 1990, 1996-1998.

Conforme Alonso (2000), a característica econômica mais importante da RMPA é a concentração, em seu território, das atividades industriais e de serviços, decorrente de um processo que se estabelece até o final dos anos 70, embora, na década seguinte essa tendência se enfraqueça, com redução da participação da RMPA no total da produção estadual. A crise que se estabeleceu a partir do final dos anos 70 e que persiste nos 90, tem implicações sobre a capacidade da Região em manter seu nível de importância na economia estadual.

Uma abordagem inicial do VAB aponta, efetivamente, para a diminuição do peso da RMPA no conjunto da economia gaúcha no período entre 1990 e 1998. Em 1990, a Região gerava 38,92% do VAB do Estado, passando para 36,14% em 1998. Essa perda atinge todos os setores da economia, à exceção das atividades de comércio, o único que apresentou desempenho positivo no período (cresceu de 45,87% para 48,92% entre 1990 e 1998). A redução mais significativa foi na atividade industrial da Região, cuja participação se reduziu de 48,22%, em 90, para 44,64%, em 1998.

A retração da década não é linear no tempo. A partir de 1996 constatamos avanços na economia metropolitana, expressos tanto pela sua participação no conjunto estadual como pelo seu crescimento. Tomando o triênio 1996-98, ou seja, o período pós-Real⁸, verificamos uma ligeira recuperação na participação da Região no total do Estado, havendo, inclusive, um crescimento do VAB a taxas um pouco

⁸ Não foi calculada a taxa geométrica de crescimento do VAB para o período 1990-98 em função da mudança na moeda no ano de 1994, com o Plano de Estabilização. Para tal é necessário fazer a atualização dos valores monetários.

acima das médias estaduais: 6,76% a.a. na RMPA, e 6,71% a.a. no RS. Os setores que tiveram crescimento acima da média estadual, nesse caso, foram a indústria e o comércio⁹.

Em termos espaciais, os principais responsáveis pela retração da economia industrial metropolitana na década foram a RMPA 1, cuja contribuição baixou, entre 1990 e 1998, de 13,15% para 11,46% e Porto Alegre, onde verificamos uma redução de 9,49% para 8,28% na participação que tinha no total do Estado.

Um fator explicativo para a situação da RMPA 1 é a crise vivida pelo setor coureiro-calçadista em função da abertura comercial no país, com extinção de mecanismos de estímulo às exportações. Esse setor, que vinha sofrendo forte concorrência dos produtos asiáticos e europeus, teve aprofundada sua crise a partir da política de câmbio valorizado em meados de 1994. Essa nova conjuntura obrigou as empresas a adotarem mecanismos de reestruturação a fim de assegurarem a inserção do seu produto no mercado internacional, com estratégias que compreendiam, entre outras, a redução de custos com cortes de pessoal e a intensificação da migração de empresas para outras áreas atrativas¹⁰. Nesse processo muitas firmas faliram ou tiveram que fechar. Já em Porto Alegre, o processo de desindustrialização relativa, que se instalara ainda nos anos 70-80 (Alonso, Bandeira, 1988), tem se intensificado, na medida em que, sistematicamente retrai a participação do setor industrial no total do Estado e se consolidam as atividades de comércio e do terciário. O peso do comércio em Porto Alegre, sobre a estrutura estadual, passou de 27,10% em 1990 para 30,15% em 1998, aumento esse que está relacionado com a modernização do setor e ampliação do número de shopping centers e de grandes redes de supermercados na Capital¹¹.

Apesar da significativa retração da economia metropolitana entre 1990 e 1998, ela se mantém predominante no conjunto do Estado quando comparada a outros recortes espaciais¹². As perdas da RMPA, no caso do setor industrial, foram compensadas pelo aumento do VAB nos principais municípios da Região Norte do Estado¹³, porém com a predominância de poucos gêneros¹⁴.

Olhando a economia metropolitana na sua composição interna, por setores de atividades, o fato que se destaca, no período entre 1990 e 1998, é a perda de posição da Indústria em favor dos Demais Serviços, o que denota um movimento de redução da importância industrial e um aumento do peso do segmento terciário. Da mesma maneira como observamos na análise da contribuição da RMPA à economia gaúcha, ocorre uma mudança de patamar na contribuição da indústria na composição interna do VAB metropolitano entre 1990-98 (de 54,53% em 90 cai para 46,73% em 98), sendo que a menor participação deu-se em 1996

⁹ Entre 1996 e 98, a Indústria na RMPA cresceu 8,58% a.a. e, no Estado, 8,50% a.a.; o Comércio, cresceu 2,22% a.a. na Região e 1,16% a.a. no RS.

¹⁰ Esse processo de migração das empresas do setor coureiro-calçadista não é novo. Já na década de 80 o Vale dos Sinos perde empresas para municípios da região Norte do Estado, mormente os mais ao sul dessa região.

¹¹ No período entre 1970 e 1983 surgiram dois *shopping centers* em Porto Alegre, situação que se manteve inalterada até 1990, quando se instalou outro *shopping*. Em 1991 mais dois empreendimentos se localizaram na capital. Em 1990 a cidade sediava sete grandes redes de supermercados.

¹² Como, por exemplo, a Aglomeração Urbana da Região Nordeste; o grande eixo da produção compreendendo os municípios de Erechim, Carazinho, Marau, Passo Fundo, Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Angelo, Santa Rosa, Horizontina; a Área Perimetropolitana. Uma primeira aproximação acerca da composição dessas espacialidades estão em Alonso, Mammarella, 1998.

¹³ Neste caso estamos nos referindo à regionalização do RS, proposta por Alonso, Bandeira, 1989, que divide o Estado nas Regiões Norte, Nordeste e Sul.

(45,65%). O terciário também muda de patamar, com salto positivo: entre 1990 e 98 sua participação cresce de 44,02% para 52,56%.

As espacialidades intra-metropolitanas, por sua vez, reproduzem o movimento verificado no conjunto da Região no que se refere à distribuição interna do produto por setores da atividade, indicando que após 1996 está ocorrendo uma relativa recuperação, generalizada, da importância da indústria e uma consolidação do setor terciário na economia.

Essa recuperação da importância industrial da RMPA encontra apoio no quadro de investimentos previstos para o RS, seja de ampliação da capacidade de produção como da implantação de novos empreendimentos, em diferentes ramos industriais. Dados recentes da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) apontam a manutenção de uma concentração da atividade industrial na RMPA, se levarmos em conta que nela se localizam 72% dos investimentos fixos, já fruindo benefício ou em análise, programados para o Estado, através do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM)¹⁵. Os setores de maior relevância na composição desses investimentos são o Químico-Petroquímico e o Metal-Mecânico que no conjunto representam cerca de 48% do total do Estado. Destacam-se também os setores Petróleo, Montadoras e Componentes Automotivos que somam em torno de 15%. Nesse montante de investimento, o número previsto de empregos diretos para a RMPA significam cerca de 43% do total do RS, sobressaindo-se, nesse aspecto, o setor Têxtil, Vestuário e Calçados¹⁶. Como podemos observar, a geração de empregos não é da mesma magnitude dos investimentos, demonstrando o predomínio de empreendimentos com alta capacidade tecnológica e baixa utilização de mão-de-obra.

Analisando a distribuição dos novos investimentos segundo os municípios da RMPA, é em Porto Alegre onde ocorre a maior concentração, ou seja, quase 23% do total previsto para o Estado. Seguem-se, Triunfo (13%), Canoas (10%) Gravataí (9%), todos da RMPA 2, o que sinaliza uma forte concentração do ponto de vista territorial, que poderá agravar as diferenciações no espaço metropolitano. Ainda é importante registrar, a presença de Alvorada e Viamão, típicas localidades "dormitório" da RMPA 2, no quadro de investimentos da Região. Na previsão de empregos, os que tendem a se beneficiar em maiores proporções são, Porto Alegre (8%), Gravataí (5%) e Charqueadas (3%), e, na RMPA 1, Novo Hamburgo (4%).

1.2 Análise do Mercado de Trabalho da RMPA¹⁷

Em geral podemos identificar, no mercado de trabalho da RMPA, alguns movimentos que acompanham as tendências observadas para outras áreas do país¹⁸.

¹⁴ Esses poucos gêneros tiveram significativo incremento nos municípios de Horizontina, Panambi, Passo Fundo e Marau (metal-mecânica), e Cruz Alta, Marau e Carazinho (alimentares).

¹⁵ Os dados referem-se à totalidade dos investimentos fixos previstos. Desses, um pouco mais de 50% já estão protocolados no que se refere à RMPA. No conjunto do Estado, quase 54% já foram protocolados.

¹⁶ Tendo em vista a situação de crise no setor Coureiro-Calçadista, apontada na análise do Valor Agregado do setor industrial, visualiza-se uma perspectiva de crescimento no Setor, em função da nova conjuntura mais favorável à exportação e da presença de investimentos fixos para o setor, conforme informações do FUNDOPEM.

¹⁷ Esta breve análise do mercado de trabalho metropolitano foi realizada com base no estudo "Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90" (Xavier Sobrinho et al, 2000), representando uma síntese dos seus resultados no que se refere à abordagem da Região Metropolitana de Porto Alegre. Em especial foi utilizada a parte da análise sustentada nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED) – FEE/FGTAS-SINE/Fund.SEADE-SP/DIEESE, que abrange o período 1993-99.

O primeiro fenômeno que podemos observar no período 1993-99 é a alteração no perfil de escolaridade da população em idade ativa e que repercute no quadro de ocupados, que alcançaram maior qualificação. Essa se expressa na redução da fatia sem escolaridade e com o nível fundamental incompleto e no aumento no grupo com fundamental completo e ensino médio incompleto. Os trabalhadores que completaram o ensino médio ou que tinham escolaridade mais elevada ampliaram significativamente sua participação nesses anos. A melhoria dos níveis de escolaridade é fundamental para promover melhores condições de inserção no mercado de trabalho, seja para o desempenho adequado de atividades em segmentos da economia que introduzem novas tecnologias nos processos de trabalho¹⁹, ou também porque promove uma maior possibilidade de reconversão profissional (De Toni; Xavier Sobrinho, 1997).

Tivemos ainda um aumento considerável na participação das mulheres no conjunto da população ocupada, que subiu de 39,8% para 42,6%, o que refletiu um incremento maior no número de postos de trabalho ocupados por mulheres, em contraste com a variação na ocupação masculina. Trata-se de uma "feminização" do mercado de trabalho que vem se verificando em geral no país.

A precarização das relações de trabalho é outro movimento que acompanha as mudanças econômicas, políticas e sociais da década e se manifesta sob diversos ângulos, que podem ser avaliados basicamente a partir do trabalho sem registro, do trabalho autônomo e do emprego em serviços domésticos. Também o aumento das taxas de desemprego e o recuo do emprego público são indicadores dessa precarização, havendo ainda um aumento impressionante do tempo médio de procura por emprego, que subiu de 25 para 46 semanas. Sobre as categorias que expressam mais diretamente a precariedade das relações de trabalho, vemos que o emprego doméstico e o trabalho autônomo aumentaram significativamente enquanto o emprego assalariado apontou retração de 2,0%. Já o número de trabalhadores sem carteira assinada passou de 13,3% para 17,2% do conjunto de assalariados do setor privado. Somam-se a isso dois fatos: as novas ocupações assalariadas no setor privado que surgiram ao longo da série analisada são, em sua totalidade, precárias; e a perda, pelo setor público de 15,8% dos seus postos de trabalho. Se somarmos as três categorias principais na formação do trabalho precário – assalariados do setor privado sem carteira assinada, autônomos e emprego doméstico – constatamos que a participação do trabalho precário se amplia consideravelmente (de 29,6% para 35,4%).

Além da precarização, verifica-se também um empobrecimento da população trabalhadora. Embora no início da série analisada o rendimento médio tenha apresentado evolução positiva, em decorrência dos ganhos relacionados com o Plano Real, nos últimos anos houve redução dos rendimentos do trabalho. Além disso, devemos mencionar uma tendência de melhora na posição dos assalariados sem carteira frente aos empregados formais, indicando que se altera a posição de ocupações tradicionalmente consideradas de

¹⁸ Sobre as principais mudanças observadas no mercado de trabalho em áreas metropolitanas, ver RIBEIRO (2000), que descreve a situação do Rio de Janeiro.

¹⁹ No caso da indústria mecânica, por exemplo, a exigência que se coloca em termos de escolaridade é de pelo menos o 1º Grau completo (Zimmermann, Jornada, Sternberg, 1997).

melhor qualidade e que “a massa salarial se expande proporcionalmente mais na ‘periferia’ do mercado de trabalho” (Xavier Sobrinho et alii, 2000, p. 25). Considerando os diferenciais por sexo, verificamos uma redução das disparidades de remuneração entre homens e mulheres, embora elas tenham se mantido elevadas²⁰. É preciso ainda destacar que a melhoria nos rendimentos não conseguiu alterar de modo significativo o quadro de concentração de renda. Na RMPA, a fatia apropriada pelos 25% mais pobres passou de 6,5% para 6,8%, subindo apenas 0,5% entre 1993 e 1996 (De Toni; Xavier Sobrinho, 1997, p.157).

Finalmente, é necessário fazermos referência ao problema da perda de postos de trabalho no setor industrial, que se intensifica como consequência da reestruturação produtiva, e teve dimensão considerável, contabilizando 53 mil vagas. A indústria tinha uma participação de 24,2% na ocupação em 1993, tendo seu peso reduzido para 19,0%, em 1999. Paralelamente, os serviços agregaram 76 mil postos ao mercado de trabalho, ampliando sua participação na ocupação de 46,9% para 50,3% entre 1993 e 1999, o que configura uma terciarização do mercado de trabalho da RMPA²¹.

II. A estrutura sócio-ocupacional da RMPA

II.1 Renda e escolaridade: fatores básicos na formação da estrutura social

Antecedendo a análise da estrutura sócio-ocupacional da RMPA, teceremos algumas considerações acerca das variáveis renda e grau de instrução, indicadores esses que contribuem na definição de posições sociais, expressando a desigual distribuição do capital econômico e escolar na sociedade.

O exame dos dados relativos a 1980 e 1991 evidencia alterações na grandeza de diferentes variáveis relacionadas a Renda, desfavoráveis às faixas de menores rendimentos, acompanhando a tendência de outras metrópoles brasileiras. Ao observarmos o percentual que indica a distribuição da renda total dos maiores de 14 anos pelas cinco faixas consideradas²², verificamos que entre 1980 e 1991 todas as faixas perdem participação, com exceção do extremo inferior, que cresce atingindo mais de 55% do total. Esse fato é indicativo do empobrecimento da população, com provável redução de rendimentos provenientes do trabalho, bem como de alterações nas relações de trabalho, com aumento das relações precárias. Também pode estar pesando nesses resultados a presença de municípios com predomínio de população rural, onde o trabalho familiar é majoritário.

Se nos fixarmos na faixa dos sem rendimento, mas abarcando os que ganham até 2 SM, verificamos também um incremento em 1991, com relação a 1980, reafirmando os resultados obtidos por Rocha (1994), através do estudo sobre linhas específicas de pobreza para cada região metropolitana, onde a autora aponta o crescimento da pobreza nos anos 80²³. A menor participação dessa faixa de renda em Porto Alegre

²⁰ No universo dos ocupados os ganhos das mulheres representavam 68,3% dos ganhos médios dos homens em 1993, relação que se eleva em 1999 para cerca de 71%.

²¹ É importante registrar que, dentro do terciário, foi o emprego doméstico que teve o maior crescimento (o número de trabalhadores em atividades domésticas cresceu 39,7% entre 1993 e 1999).

²² Faixas Renda: SEM REND E ATÉ 1 SM; MAIS DE 1 ATÉ 2 SM; MAIS DE 2 ATÉ 5 SM; MAIS DE 5 ATÉ 15 SM; MAIS DE 15 ATÉ MAIS DE 20 SM. Foi utilizada a renda dos maiores de 14 anos para estabelecermos um recorte contemplando a população em idade economicamente ativa.

²³ A autora considera a faixa de até 2 SM para definir a linha de pobreza.

indica que a capital do Estado, enquanto núcleo, apresenta os maiores níveis de pobreza nos municípios periféricos, padrão que evidencia um “fechamento” da capital como local de domicílio dos pobres, seja devido ao esgotamento dos espaços livres, e conseqüente aumento do valor das moradias, seja devido a mecanismos institucionais ou não, que impedem o avanço da favelização no núcleo.

Cabe ainda registrar que o percentual de população da RMPA nas faixas com renda acima de 2 SM cai de 32,5%, em 1980, para 26%, em 1991, sendo a maior queda na com rendimentos de mais 2 SM até 5 SM, mostrando que a crise dos 80 incidiu não somente sobre as camadas mais pobres da população.

Analisando o perfil das espacialidades consideradas, verificamos que os resultados apresentados pelo grupamento da RMPA2, com relativamente maior participação de faixas médias e altas na distribuição da renda, se aproxima do encontrado para o total da RMPA. Porto Alegre é o maior responsável por este resultado. O diferencial fica com o grupamento da RMPA1, que tem maior concentração nos estratos inferiores. Nessas subdivisões da RMPA, observamos que, para os dois anos em foco, considerando somente o estrato mais baixo de renda, os cinco piores municípios classificados pertencem a RMPA2 e são municípios dormitórios localizados na periferia de Porto Alegre, com exceção do município de Portão, da RMPA1. Já na faixa que reúne os que ganham mais de 1 até 2 SM, os piores classificados situam-se na RMPA1, região da produção coureiro-calçadista, que já despontava com salários baixos antes da crise instalada em meados dos noventa. A partir das faixas seguintes de rendimento (de mais de 2 SM até mais de 20 SM), Porto Alegre (RMPA2) apresenta o melhor posicionamento, reforçando a primazia da capital.

Na análise do perfil da Renda Feminina, no período 80-91, considerando as espacialidades estudadas, observamos que a participação percentual do estrato mais baixo sobre o total da renda feminina, sobe em todos os grupamentos atingindo cerca de 75% do total das mulheres acima de 14 anos no conjunto da RMPA, em 1991. São decrescentes os percentuais referentes aos demais estratos, com exceção da faixa superior, que agrupa os rendimentos de mais de 15 até mais de 20 SM, sendo o principal responsável por esse resultado, o município de Porto Alegre. Na espacialização realizada, verificamos, mais uma vez, que os resultados encontrados na RMPA2 estão muito próximos daqueles verificados para o conjunto metropolitano. Novamente Porto Alegre é a referência. A RMPA1, por sua vez, apresenta um perfil diferenciado, tendendo para maior concentração nas faixas mais baixas de rendimento.

A situação de desigualdade apontada no exame da renda total se repete com maior intensidade nessa abordagem, demonstrando as disparidades de remuneração entre homens e mulheres.

Ao analisarmos as variáveis relacionadas à educação constatamos que para o conjunto dos municípios da RMPA, no período 1980-1991, houve um aumento da escolaridade, dado pela expansão de pessoas freqüentando o 1º e 2º graus, cursos técnicos e cursos de nível superior (em torno de 24%), e pela queda de segmentos com curso primário elementar e sem escolaridade (aproximadamente 11%)²⁴.

²⁴ Faixas de Escolaridade: NENHUM CURSO; PRIMÁRIO ELEMENTAR; 1º GRAU E TÉCNICOS; 2º GRAU E TÉCNICOS; SUPERIOR / MESTRADO E DOUTORADO.

No entanto, fazendo uma análise do crescimento para todos os estratos, observamos que as faixas que mais cresceram no período estão localizadas nos extremos: a faixa que reúne as pessoas sem escolaridade cresceu aproximadamente 61% e, no outro extremo, a faixa com curso Superior, Mestrado ou Doutorado teve um incremento de aproximadamente 57%. Também é significativo o crescimento da faixa que agrega a população com 2º Grau e cursos técnicos (aproximadamente 40% no período).

Espacializando os resultados verificamos que, para 1991, na RMPA1, onde predominam municípios com especialização na indústria de couros e calçados, a participação das faixas “nenhum curso e primário elementar” atinge mais de 76% da população. Já a RMPA2 apresenta uma estrutura de escolaridade muito próxima daquela encontrada para o conjunto da RMPA, com maior participação de faixas de escolaridade mais elevadas. Em parte explicamos esse resultado pela presença de Porto Alegre nesse grupamento, onde as faixas de nível médio e superior contribuem com mais de 33% no total, reforçando seu papel de capital estadual e sede da RMPA, concentrando por seu porte, funções e estrutura a primazia em equipamentos de educação. Destacamos ainda nessas faixas, os elevados percentuais de participação encontrados para os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo (RMPA1) e Canoas (RMPA2), localidades que concentram tradicionais equipamentos de educação. Também Esteio apresenta melhor perfil de escolaridade, embora não tenha a mesma infra-estrutura. Nesse caso o que está determinando, além da proximidade geográfica desses centros educacionais, é a sua posição favorável no quadro da distribuição da renda.

II. 2 Análise das categorias sócio-ocupacionais na RMPA

Antes de emprendermos a tarefa de analisar a estrutura social da RMPA, e de descrever as mudanças que se verificaram na sua composição entre 1980 e 1991, são necessárias algumas considerações metodológicas sobre a construção das categorias sócio-ocupacionais enquanto instrumentos adequados para expressar essa estrutura.

Partimos do pressuposto básico de que o **trabalho** desempenha papel central na estruturação da sociedade e de que, por conseqüência, a ocupação pode se constituir em variável potencialmente indicadora das condições de vida e do lugar social das pessoas. Tal suposição encontra fundamento particularmente na visão de Bourdieu (1989) sobre o espaço social enquanto espaço de posições sociais. Para o autor, o mundo social pode ser representado como um espaço construído com base em princípios de diferenciação ou de distribuição. Esses princípios são constituídos pelas propriedades que atuam no universo social e que podem conferir poder a quem as detém. Trata-se de diferentes espécies de poder ou de capital que se situam em campos distintos, sendo que o capital pode se encontrar na forma de propriedades materiais, ou no estado incorporado ou capital cultural. O capital “representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção)” (Idem, p. 134). Em conseqüência, representa também um poder sobre os

mecanismos que contribuem para garantir a produção de bens e, portanto, um poder sobre rendimentos e ganhos.

Os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas **posições relativas** neste espaço. O conhecimento do espaço de posições permite recortar classes no sentido lógico do termo, ou seja, identificar um conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes, e que, sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm probabilidade de terem atitudes e interesses também próximos, e, portanto, práticas similares. Seriam classes no papel, com existência teórica²⁵ (Ibidem).

Dentro dessa perspectiva, a ocupação tem um conteúdo material e de representação social que permite reconhecer, a partir dela, uma hierarquia social, uma espécie de esboço da estrutura social. Para construir as categorias sócio-ocupacionais em nossa realidade temos que partir de uma definição de ocupação que não é tão diretamente expressão desse significado social. No levantamento censitário a ocupação diz respeito à atividade que a pessoa desenvolveu nos últimos 12 meses, mesmo que não seja coerente com a profissão que desempenha regularmente ou que se considere capacitado a desempenhar. No caso das categorias com que trabalhamos, foram utilizadas fundamentalmente as variáveis relativas à ocupação, levantadas pelo Censo Demográfico, filtradas em alguns casos por variáveis de renda e instrução, resultando em 8 grandes grupos que reúnem 25 categorias sócio-ocupacionais²⁶.

A distribuição das categorias sócio-ocupacionais foi examinada buscando, de um lado, identificar características vinculadas às transformações que decorrem da reestruturação produtiva e da globalização²⁷ e, de outro, contemplar as diferenciações mais significativas que podemos observar no espaço metropolitano, tendo em vista, em especial, a distribuição das atividades produtivas.

Procuramos descrever o conjunto metropolitano de modo a construir uma primeira idéia, mais geral, acerca da sua conformação social, quadro que funciona como parâmetro para a análise das demais espacialidades em que dividimos a região. Também é importante verificarmos em que medida esta estrutura se assemelha à de outras grandes metrópoles, o que foi realizado cotejando a estrutura da RMPA com a do Rio de Janeiro. Embora essa metrópole tenha dimensão muito maior, a comparação é um importante elemento de avaliação, quando temos por objetivo identificar tendências decorrentes da globalização e da reestruturação econômica em espaços de forte concentração urbana.

O exame da RMPA no ano de 1991 expõe uma estrutura sócio-ocupacional na qual se destacam o proletariado industrial, que concentra 28,67% dos ocupados, e a classe média, com um peso de 26,83%.

²⁵ As classes que podemos recortar no espaço social não existem enquanto grupos reais, embora os elementos usados para sua definição sejam explicativos quando buscamos entender a probabilidade de se constituírem em grupos, famílias, associações, sindicatos, etc. Na realidade o que existe é um espaço de relações. É importante considerar que a análise das classes "teóricas" deve partir da análise estatística, que é o primeiro passo para captar a estrutura do espaço social

²⁶ A listagem onde estão definidas as 25 categorias sócio-ocupacionais pode ser encontrada em Ribeiro, 2000. Foram excluídas das distribuições da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais a categoria "outros", que engloba as ocupações mal definidas em 1991, mas que em 1980 incluía também os aposentados, estudantes e donas de casa. Para efeitos de comparabilidade optou-se por não utilizar esse resíduo.

²⁷ Embora na década de 80 estejam ainda incipientes os processos de reestruturação e globalização no que diz respeito à visibilidade de suas consequências, em especial em países periféricos, pensamos que algumas indicações podem ser extraídas a partir de um olhar conduzido pelas hipóteses que vem sendo levantadas pela literatura.

Esta, se for reunida à pequena burguesia (6,85%), que de certo modo se aproxima das camadas médias, passa a pontear a estrutura social da região. Também o proletariado terciário aparece com um percentual relativamente elevado na distribuição dos ocupados por categoria (20,80%). Por ordem, estão posicionados, na seqüência, o subproletariado, a elite intelectual, os agricultores e a elite dirigente.

Se abrimos os grandes grupos de categorias para computar sua composição interna podemos obter uma melhor caracterização do objeto em pauta. Especificando o interior do proletariado industrial, o operariado empregado na indústria tradicional detém a maior fatia dos ocupados. Este segmento industrial tem uma presença forte quando olhamos a economia pelo lado do emprego. Particularmente o setor coureiro-calçadista é responsável por uma parcela significativa do emprego industrial na região. Com relação às classe médias vemos que quase metade do grupo é constituída pelos empregados de escritório, categoria que reúne ocupações que executam atividades de rotina. Dentro do proletariado terciário são os prestadores de serviços especializados, seguidos dos empregados do comércio, os principais responsáveis pela posição do grupo. No subproletariado mais de 70% do peso fica com os empregados domésticos. Finalmente, no interior das elites dirigente e intelectual, sobressaem-se os empresários na primeira e os profissionais de nível superior empregados na segunda.

Pensando essa estrutura nos marcos das hipóteses de polarização social postas por uma parte dos estudos da globalização constata-se que a RMPA estaria mais próxima de uma conformação de tipo ovo do que de uma com a forma de ampulheta, configuração que corresponderia às novas características impressas pela globalização na estrutura social²⁸. No nosso caso, essa proximidade decorre do peso que têm a pequena burguesia e a classe média juntas, que, mesmo não sendo hegemônico, é ainda bastante significativo, especialmente frente ao tamanho do subproletariado.

Os traços básicos que podemos extrair da composição da população ocupada por categorias sócio-ocupacionais na RMPA são um pouco diferentes daqueles configurados para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo a posição do proletariado secundário o principal fator que distancia as duas distribuições. Lá o operariado industrial tem menor peso frente às classe médias, que ponteiaram na composição dos ocupados. Além de ter menor peso na estrutura social, o proletariado industrial no Rio de Janeiro se distribui internamente de forma distinta. Naquela metrópole, são os operários da construção que se destacam no conjunto dos operários industriais, embora perdendo participação durante o período 1980-1991. Já os trabalhadores da indústria tradicional, que na RMPA são majoritários no interior do proletariado secundário, no Rio têm a mesma participação que os operários da indústria moderna. Do mesmo modo que na região de Porto Alegre, no Rio o operariado industrial perde participação na

²⁸ Para representar a estrutura social tem sido utilizada a imagem do ovo e da ampulheta, pensando a primeira como reprodução da distribuição normal da população, mais larga no meio e estreitando nas pontas, e a segunda como retrato da polarização social, com diminuição do meio e aumento dos extremos (Ribeiro, 2000).

composição da estrutura social, somente que lá são os trabalhadores da indústria tradicional que perdem mais.

Observando a distribuição das categorias sócio-ocupacionais e seu comportamento no período 1980-1991, constatamos que as posições dos diferentes grupos de categorias se mantêm. No entanto, além de ter havido redução de participação em alguns casos e ganhos em outros, as taxas de crescimento apontam resultados que nos fornecem algumas indicações em termos de prováveis mudanças na estrutura social.

Em primeiro lugar, chama a atenção a diminuição sofrida pelas categorias do proletariado secundário²⁹. À exceção dos operários dos serviços auxiliares da economia, todas as outras ocupações perdem posição na distribuição, embora só tenha havido redução em termos absolutos dos operários da construção civil. A diminuição da importância relativa do proletariado industrial é um fenômeno que se verifica também em outras regiões e que reflete, de um lado, as alterações tecnológicas nos processos de produção e, de outro, as mudanças na localização da produção industrial, que, no caso do RS durante a década de 70 se desloca primeiramente da capital para seu entorno e, depois é marcado por uma perda, tanto da capital como da região, em favor do perímetro perimetropolitano e de centros com alguma tradição industrial, como foi o caso da região de Caxias do Sul (Alonso, 1988). Mais recentemente, as perdas da RMPA significam ganhos na região norte do Estado.

Também o espaço ocupado pelas classes médias recua um pouco no período, sendo responsáveis por essa perda os empregados de escritório e os técnicos e artistas, uma vez que as demais ocupações têm sua participação ampliada, especialmente os empregados da saúde e da educação. A pequena burguesia, e particularmente os pequenos empregadores urbanos, foi a categoria que obteve aumento mais importante de participação na composição da população ocupada, passando de 4,42% para 6,85% entre 1980 e 1991. Também o subproletariado e o proletariado terciário ampliaram seu significado na estrutura social, embora com menor intensidade.

A categoria dos agricultores só encontra alguma expressão quando se "retira" a capital do conjunto metropolitano. Nesse caso ela assume um peso bem maior do que a elite. Isso reflete uma das especificidades da RMPA que é a presença de municípios com predomínio de população e atividades rurais.

Se o subproletariado secundário e a classe média são os dois estratos da estrutura social metropolitanos de maior peso, não foram esses os que mais cresceram em termos geométricos. Nesse caso, em primeiro lugar estão os ambulantes (8,80%a.a.), seguidos pelos pequenos empregadores (7,82%a.a.) e dos biscateiros (7,43%a.a.). Esses dados são coerentes se forem considerados os efeitos sociais da

²⁹ É importante destacar que o proletariado industrial, mesmo perdendo posição na estrutura sócio-ocupacional, teve crescimento absoluto nas três espacialidades consideradas. Na RMPA I alcança uma taxa de crescimento de 3,57% ao ano, bem superior ao crescimento populacional médio da região metropolitana. Somente em Porto Alegre houve decréscimo absoluto dessa categoria.

chamada “década perdida” que vivenciou longos momentos de crise³⁰ afetando de um lado o mercado de trabalho, com desemprego, impulsionando o incremento de uma fatia de ocupados com baixos rendimentos, composta justamente pelo universos dos feirantes, doceiros, carroceiros, ambulantes, etc. De outro, tivemos o surgimento de pequenos empregadores. No outro extremo, nos anos 80 é possível sentir os reflexos da política de modernização do setor público (fusão de órgãos, racionalização dos cargos de chefia, etc.) sobre a estrutura social da RMPA: para os dirigentes do setor público a taxa de crescimento foi negativa (-4,86%a.a.).

Ao dividirmos a região em duas espacialidades, que acompanham a presença de características econômicas distintas, encontramos estruturas sociais diferentes.

Na RMPA 1, área que, como vimos anteriormente, agrupa municípios onde predomina uma especialização na indústria de couros e calçados, o peso do proletariado industrial é muito significativo frente ao que encontramos no conjunto metropolitano. Embora perdendo participação entre 1980 e 1991 essa categoria representa nada menos do que 47,35% no último ano. Devemos apontar ainda que entre os operários industriais, a importância dos empregados da indústria tradicional (32,62% do total de pessoas ocupadas em 1991) é ainda maior do que no conjunto da região metropolitana. Já a classe média, o proletariado terciário e o subproletariado, que têm um peso bastante menor, crescem a taxas mais elevadas nessa estrutura³¹.

Com relação à elite, verificamos que sua participação é menor nessa sub-região, tendo havido, inclusive, decréscimo entre 1980 e 1991. Tal ocorre com maior intensidade em relação à elite intelectual, o que é compreensível se levarmos em conta que é na capital onde se concentram profissionais de nível superior, situação que não encontra paralelo no Estado. Não obstante, o crescimento dessa sub-área e o papel que podem vir a desempenhar os *campi* universitários nela localizados³², indicam que há perspectiva de aumento da elite intelectual. É interessante observar que, embora com queda de participação na distribuição dos ocupados, o incremento absoluto da elite, tanto da dirigente como da intelectual, nessa sub-região resultou em uma taxa de crescimento que supera significativamente o crescimento médio desse grupo na RMPA. Dentro da elite dirigente, os dirigentes privados aumentaram a uma taxa de 13,20% ao ano entre 1980 e 1991, índice que só é superior para os biscateiros e ambulantes, também nessa espacialidade.

A RMPA 2 apresenta uma estrutura sócio-ocupacional mais parecida com a da região metropolitana como um todo. Nessa sub-região é muito grande o peso de Porto Alegre, o que em parte explica a semelhança. Entretanto, devemos demarcar ao menos alguns pontos, de modo a melhor caracterizá-la.

³⁰ Os anos 80 podem ser periorizados: 1981/83, com momentos de recessão; 84/86, período de recuperação, marcado por exportações e Plano Cruzado; 87/89, inflação crônica e tentativas de estabilização (Alonso, Mammarella, 1998)

³¹ O subproletariado, além de ter ampliado sua participação na distribuição dos ocupados, apresentou um crescimento absoluto muito significativo, sendo a categoria que mais cresceu não somente na RMPA 1, mas também nas outras espacialidades. Provavelmente esse incremento está relacionado com a entrada de migrantes, atraídos pelo aumento das oportunidades de trabalho que acompanhou a fase de expansão da indústria coureiro-calçadista na área.

³² No município de São Leopoldo está localizada a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), que é a terceira universidade brasileira em tamanho da matrícula.

Os operários industriais, embora com menor participação relativamente ao que verificamos no conjunto metropolitano, na verdade estão melhor posicionados se retirarmos Porto Alegre da configuração, e passam a representar 33,29% dos ocupados em 1991 (na capital eles têm uma participação de apenas 15,58%). Sob esse aspecto, cabe mencionar que essa sub-região apresenta um parque industrial considerável e diversificado, e, tal como comentamos anteriormente, vem sendo foco de altos investimentos industriais. Com o subproletariado ocorre também um crescimento quando excluimos a capital do agregado espacial, refletindo a presença, nessa sub-região, de municípios que concentram a residência de populações de baixa renda da região.

O peso da classe média, que significa, em 1991, 28,69%, nessa fatia do território, está muito marcado pelo significado que tem no município de Porto Alegre, onde contribui com 34,16% da população ocupada em 1991, o que lhe garante a posição mais destacada na estrutura. O mesmo ocorre com a elite dirigente e intelectual, que está altamente representada em Porto Alegre. A concentração de órgãos da administração pública e do legislativo, bem como de serviços especializados são fatores importantes para compreendermos essa proeminência da elite intelectual em Porto Alegre. Além disso, esse fato se relaciona com a formação histórica do RS, traduzindo a importância das instituições universitárias sediadas na capital, que têm fornecido "intelectuais" para os centros universitários criados mais recentemente no Estado e especialmente em outros municípios da região metropolitana.

Novamente é necessário resgatar que a estrutura social que identificamos nas diferentes espacialidades da RMPA não retrata um quadro nítido de polarização social. Não obstante, alguns aspectos identificados em especial quando analisamos as mudanças que ocorreram no período 1980-1991 são indicativos de alguns fenômenos que vêm sendo relatados pela bibliografia. O elevado crescimento dos profissionais de nível superior autônomos pode estar expressando o avanço dos segmentos mais modernos da economia urbana, pois nessa categoria podemos encontrar ocupações mais qualificadas. A retração do crescimento dos dirigentes públicos já prenuncia o processo de declínio do Estado. O incremento da pequena burguesia (que reúne os pequenos empregadores e os comerciantes por conta própria), talvez seja conseqüência da redução do emprego formal. O aumento dos empregados na saúde e educação (dentro da classe média) estaria respondendo aos requerimentos de qualificação do trabalho e de atendimento das demandas em relação às necessidades básicas da população. Finalmente, o crescimento dos ambulantes e biscateiros estaria refletindo a precarização das relações de trabalho e o empobrecimento paulatino da população urbana.

Considerações finais

Alguns pontos devem ser destacados a partir da análise realizada, tendo em vista a problemática que privilegiamos em nossa reflexão.

Em primeiro lugar, verificamos que se delinea uma mudança no perfil da economia metropolitana que se terciariza, com a capital do Estado exercendo predomínio nas atividades de comércio e com o aumento das atividades de serviços disseminado em praticamente todos os municípios metropolitanos. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ressaltar a continuidade de um processo de concentração econômica, e industrial, na RMPA, que mantém sua capacidade de atrair pesados investimentos industriais. O quadro recente que emerge do exame dos dados do Valor Adicionado Bruto denota que, mesmo perdendo posição na economia estadual, a região mantém larga vantagem em relação ao restante do RS. Se levarmos em conta as perspectivas de investimento industrial observamos que inclusive a capital, que vem sofrendo uma desindustrialização acelerada, reaparece como *locus* relevante para empreendimentos em setores modernos da indústria. Também a região coureiro-calçadista apresenta sinais de recuperação da crise experimentada na década passada.

Em segundo lugar, encontramos alterações significativas na configuração do mercado de trabalho metropolitano, apontando tendências de precarização das relações de trabalho e empobrecimento da força de trabalho. Não obstante a tendência de melhoria na qualificação da população economicamente ativa, há uma redução nos rendimentos do trabalho e uma deterioração nas remunerações de ocupações consideradas de melhor qualidade, em favor de ganhos em segmentos da periferia do mercado de trabalho. Também a terciarização do mercado de trabalho é um fenômeno que pode ser identificado na RMPA, acompanhando a tendência de outras concentrações urbanas no país.

A análise da renda e da educação no período 1980 – 1991 demonstra que o processo observado no mercado de trabalho metropolitano nos anos 90 já aparecia na década anterior e reforça a visão de uma crescente desigualdade social marcando o futuro das metrópoles na era da globalização, não obstante a melhoria que já se manifesta nos níveis de escolaridade da população.

Finalmente, a primeira incursão no estudo da estrutura social revelou algumas questões importantes para pensarmos especialmente sobre as especificidades que marcam a nossa área metropolitana. O relêvo do proletariado industrial na composição da estrutura social, que só não é identificado na capital, mostra ainda uma certa incoerência em relação ao avanço do setor terciário na economia da área. De certo modo o peso dessa categoria decorre do caráter tradicional que predomina em alguns segmentos industriais que são fortes na região, como é o caso da indústria coureiro-calçadista. Ao mesmo tempo, vemos o incremento de categorias situadas nos extremos da estrutura social, profissionais de nível superior e ambulantes e biscateiros, que poderia ser indicativo de processos que acompanham a reestruturação e a globalização.

Bibliografia

- ALONSO, José Antonio Fialho (2000). **A Questão Regional nos anos 90: o caso do Rio Grande do Sul** (mimeo)
- ALONSO, José Antonio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). A “Desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. **Ensaio FEE**, Vol. 17, Ano 9, n.1. FEE, Porto Alegre, p.03-28.
- ALONSO, José Antonio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira (1994). Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, José Antonio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira (1994). **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Características e Perspectivas**. Porto Alegre, FEE, p.214-229.
- ALONSO, José Antonio Fialho; MAMMARELLA, Rosetta (1998). **Caracterização e tendências da rede urbana do Rio Grande do Sul** (versão preliminar). Projeto Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Convênio IPEA/IBGE/NESUR(IE-UNICAMP) - Apoio IPARDES-PR/SDE-SC. Versão Preliminar, p.101-161.
- BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa, DIFEL. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. (1999). Campinas, UNICAMP/IE, 2v. (Pesquisa, 3).
- DE TONI, Miriam; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1997). O mercado de trabalho gaúcho nos anos 90: a persistência de uma trajetória de precarização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25 nº 2. Porto Alegre, FEE, p.137-176.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (2000). Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.) **O Futuro das Metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, Revan: Fase, p. 63-98.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, LAGO, Luciana Corrêa do (2000). **O Espaço Social das Grandes Metrópoles Brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**. Workshop de avaliação do Projeto FINEP/PRONEX “Metrópoles, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. Rio de Janeiro, 22 e 23 de março de 2000. (mimeo)
- ROCHA, S. (1994). Renda e pobreza nas cidades brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando A., (orgs). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et alii (2000). **Mercado de Trabalho no Rio Grande do Sul nos Anos 90**. Versão Preliminar. Porto Alegre, FEE (mimeo).
- ZIMMERMANN Ilaine, JORNADA, Maria Isabel H., STERNBERG, Sheila S. Wagner (1997). Modernização industrial e qualificação: observações em torno da indústria mecânica gaúcha. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, nº 2, Porto Alegre, FEE, p. 79 –106.